

PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO AO VIII CONGRESSO IBÉRICO DE URBANISTAS

A RELEVÂNCIA DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS DA PERIFERIA DE LISBOA NA REGENERAÇÃO URBANA DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

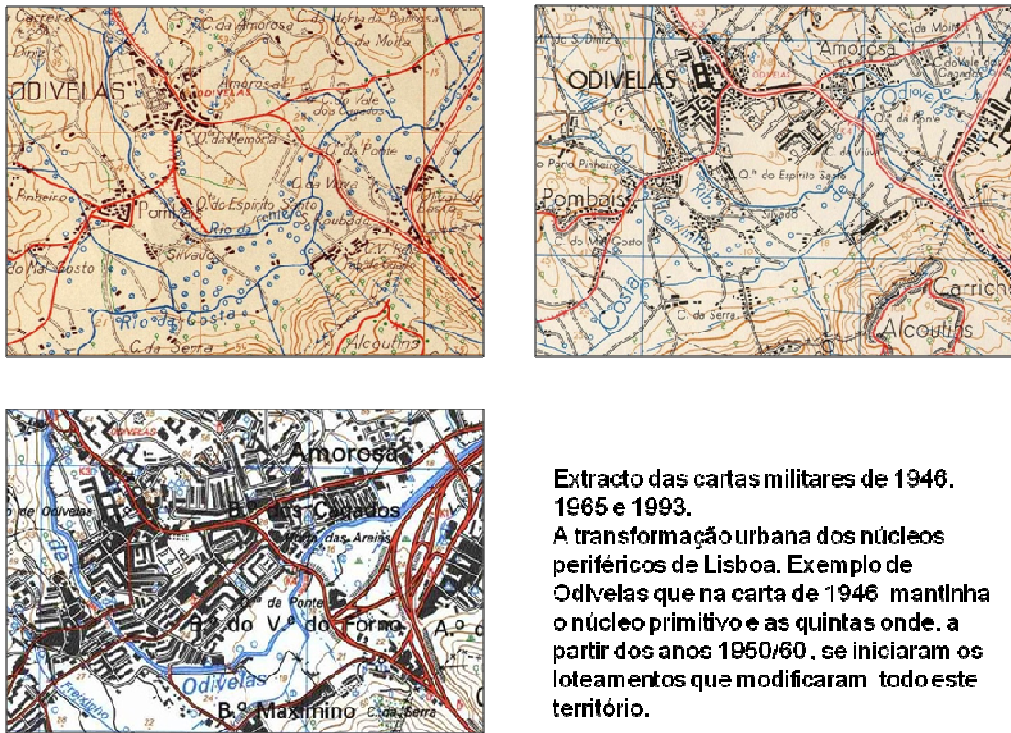
Vitor C. M. Durão (*)

Resumo

A região de Lisboa a partir dos anos 50 do século XX, transformou-se numa vasta área urbana de subúrbios, em que se mantiveram as antigas aldeias e vilas, algumas das quais são actualmente os centros históricos de cidades. Reabilitar e em parte renovar os seus tecidos urbanos e o edificado existente pode contribuir significativamente e positivamente ao desenvolvimento da região pois poderá trazer para o actual urbanismo escalas e valores diferenciados, como populações e mesmo soluções sociais e económicas inovadoras.

Introdução

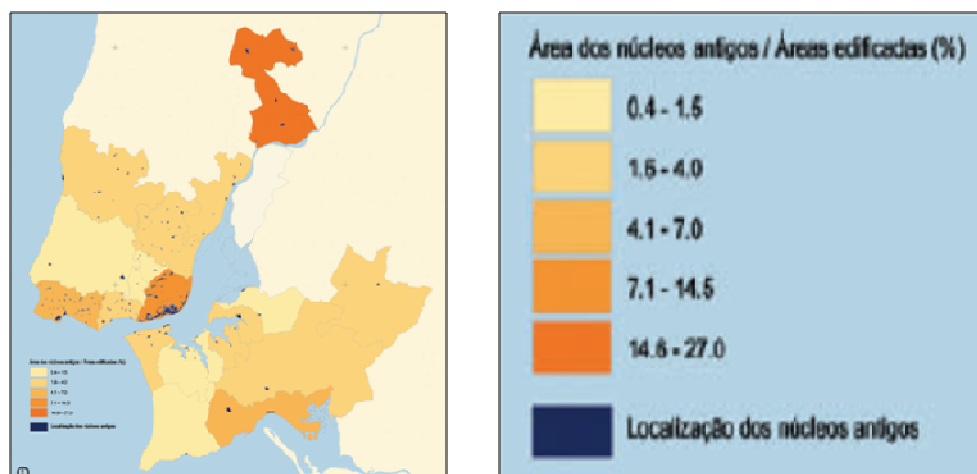
A região onde se constituiu a AML era composta pela própria cidade como principal núcleo urbano, por vilas, aldeias, quintas e edifícios dispersos ligados fundamentalmente à agricultura, tendo em locais específicos do território aldeias piscatórias. Conviviam duas grandes culturas nesta região – a cultura urbana relacionada com a grande cidade e com algumas das vilas mais importantes da região e uma cultura rural que dominava a maior parte do território. O fenómeno da expansão permanente para fora dos limites da cidade de Lisboa que se iniciou na década 50/60 do século XX (fig. 1), gerou uma transformação tão significativa que a cultura rural acabou nesta região podendo-se entender actualmente a AML como uma vasta área metropolitana de características urbanas em que convivem diferentes graus de urbanidade.



Extracto das cartas militares de 1946, 1965 e 1993. A transformação urbana dos núcleos periféricos de Lisboa. Exemplo de Odivelas que na carta de 1946 mantinha o núcleo primitivo e as quintas onde, a partir dos anos 1950/60, se iniciaram os loteamentos que modificaram todo este território.

Figura 1

Estes núcleos históricos, periféricos de Lisboa, podem dar um maior contributo na construção da nova urbanidade ao trazer para a sua construção um urbanismo com memória e numa escala e valores diferenciados daqueles que gerou e gera a expansão urbana. Permite trazer para a nova urbanidade, num tempo de globalização, valores de autenticidade e de originalidade irrepetíveis que reforçam laços históricos e culturais importantes e até decisivos à nossa compreensão do que fomos e somos, particularmente se os soubermos preservar, vivendo-os e não tornando-os museus, integrando na actual cultura uma génese diversa e persistente que nos enriquece o presente. Estes núcleos, têm uma área construída relativamente baixa em relação á área total edificada (fig.2), variando na maioria dos concelhos entre 0,4-4,0% mas registando na linha de Cascais um valor superior, de 4,0-7,0%. (Silvano 2003) São valores, em termos de quantidade, baixos de área edificada pelo que deve ser feito um esforço na sua efectiva reabilitação.



Extracto do Mapa X.9 - Relação entre as áreas dos núcleos antigos e as áreas totais edificadas. 2001 em Silvano, Filomena – Cartografar um passado para uma identidade metropolitana. Atlas da AML.

Figura 2

Podemos e devemos olhar para estes núcleos e aldeias históricas não de um modo pitoresco ou romântico mas vendo neles qualidades urbanas diferenciadas (Guia 2007) que ao serem bem tratados e cuidados contribuem também à sedimentação de populações que não se revêm na cidade densa mas que necessitam estar próximo desta e que têm outros modos de viver e trabalhar que enriquecem e diversificam a própria cultura urbana. (Ascher 2008) No urbanismo podem conviver diversos caminhos na busca constante e persistente por proporcionar melhores soluções para a vivência das populações e por melhor qualidade urbana em qualquer contexto urbano através de novas e variadas tipologias urbanas que enriquecem o todo. As redes de transportes públicos suburbanas e a extensa e rápida rede viária encurtam os tempos e proporcionam relações fáceis na AML. As modificações nas relações de trabalho proporcionam a camadas populacionais trabalhar em casa com apoio de tecnologias informáticas o que induz à consolidação de populações nos núcleos periféricos. Um desenvolvimento sustentado na região fará simultaneamente gerar novos pólos económicos que absorverão também populações da sua envolvente próxima.

A génese dos núcleos históricos – as transformações urbanas – a regeneração – o carácter dos núcleos históricos

Os núcleos históricos formaram-se por razões concretas ligadas a usos específicos integrando na sua génese, factores físicos do território, culturais, entre outros, que de modo integrado geraram as morfologias reconhecidas. Em Odivelas, o Mosteiro e os campos agrícolas foram motivos para a sedimentação de populações, enquanto no Barreiro foram as pescas que estiveram na origem do núcleo urbano, como em Cascais, para além de também ser um ponto de apoio à navegação de cabotagem. A génese urbana destes núcleos tem na origem a escolha dos sítios de modo a adaptar à sua cultura o que gerou modos diversos de usar o espaço urbano. Muitas dessas vilas tinham carácter muito próprio dado pelas funções, utilizações e/ou pela estreita relação com os sítios.

Procuramos actualmente soluções concretas para a ocupação dos edifícios devolutos e devíamos discutir mais o carácter (Durão 2011) de cada núcleo histórico para evitar, dentro das possibilidades, fazer corresponder a características formais diferenciadas, contextos idênticos. São exemplo de possíveis soluções transversais de uso dos edifícios de residência: o arrendamento de fogos habitacionais para diferentes extractos sociais; habitação social em contextos de menor fragilidade que pode evitar em parte a construção de novos bairros sociais; casas/lares em edifícios apoiadas por Instituições de Segurança Social; residências estudantis; turismo de habitação aproveitando os monumentos e os sítios. Como bom exemplo de procura de atracções caracterizadoras do núcleo histórico o esforço do município de Odivelas em procurar reabrir ao público a Igreja do Mosteiro de D. Dinis o que, se acontecer, contribuirá a um novo carácter regenerador da operação de reabilitação abrindo a possibilidade de actividades do saber, religiosas e turísticas, como actividades complementares. Este aspecto de procurar dar carácter próprio aos núcleos históricos ajudaria a diferenciá-los o que os valorizaria mais no contexto da região.

A expansão urbana, a construção dos subúrbios de Lisboa, pouco derrubou e pouco interveio nos tecidos urbanos consolidados existentes mas

transformou, junto aos núcleos urbanos, as quintas em loteamentos. Desenvolveu-se na sua proximidade mas crescendo sem ter o núcleo primigénio como centralidade o que em muitos dos casos teve como consequência a sua lateralização.

Em Odivelas (fig.3) os loteamentos desenvolveram-se junto ao tecido consolidado, com pouca relação com este e todo o crescimento fez-se sem o ter em consideração apesar de ainda hoje manter actividade e não se detectar problemas sociais demasiado graves. No Barreiro (fig.3) o núcleo histórico foi ficando lateralizado com o crescimento da cidade a partir dos anos 1960-70, agravando-se substancialmente a situação de degradação social, urbana e do edificado nos últimos vinte anos. Em Cascais (fig.3), a localização do casco antigo e o modo como se desenvolveu a urbanização fez manter uma certa centralidade do núcleo histórico que na actualidade faz parte activa da cidade.

Recentrar os núcleos históricos nas cidades, gerando novas centralidades é fundamental a um processo de efectiva regeneração urbana e de consolidação da cidade como um todo.



1



2



3

Imagens do Google Earth (2011).

1 – Odivelas

2 – Cascais

3 – Barreiro

Os núcleos históricos perderam a sua centralidade quando as cidades se expandiram.

Figura 3

Reabilitar e/ou renovar

Se conseguirmos que os núcleos históricos potenciem novos usos, ganhem carácter e se consolidem, teremos dado um contributo à requalificação dos subúrbios e essa seria uma nova qualidade que estes núcleos teriam o que parece possível numa estreita e indissociável relação entre os aspectos sociais, urbanísticos e a população.

Muitos dos limites dos núcleos históricos não são hoje completamente coerentes e por isso devem ser corrigidos de modo a fazer corresponder os limites reais com os definidos nos planos. As revisões dos PDMs são um bom momento para o fazer, o que trará maior clareza e rigor aos processos.

Reabilitar ou renovar vai ser uma opção difícil dos próximos tempos pelo estado de conservação de muitos espaços urbanos e fundamentalmente dos edifícios e também pela falta de hábito em reabilitação por parte dos diversos agentes envolvidos. (Guia 2007) Poderá haver tendências para se optar mais pela renovação o que se fosse realizada em larga escala modificaria os tecidos urbanos existentes fazendo deles outros subúrbios descaracterizados.

Como principio os núcleos históricos devem ser reabilitados pelo seu valor histórico, por serem irrepetíveis, pela sua escala, pela sua originalidade e integração com os sítios. Reabilitar garante-nos a escala urbana e do edificado. Renovar não nos garante, até pelo contrário tendencialmente será para nos afastarmos dessas escalas devido à tendência de emparcelamento de pequenas propriedades para realizar um único edifício que surge muitas das vezes descontextualizado (Durão 2011). Reabilitar garante a permanência de tecidos urbanos e de edifícios sem necessitar de nova construção o que é preferível ambientalmente.

Há contudo áreas nos núcleos históricos que nunca se sedimentaram ou estão em ruína que podem e devem permitir outro género de operações como de renovação que não deve seguir valores de pastiche mas de autenticidade de modo a contribuir para valorizar o valor da originalidade que o núcleo histórico transporta em si.

A decisão sobre a renovação de partes de um núcleo histórico deve ser bem fundamentada quer quanto:

- Ao valor histórico do conjunto a renovar;
- Ao seu estado de conservação;
- À contribuição da renovação para o conjunto;
- Ao custo da construção;
- Ao custo ambiental;
- Ao sentir das populações;

Conclusões

A cidade sempre se transformou readaptando-se. O congelamento das rendas e mais tarde a lei de financiamento autárquico proporcionaram a expansão urbana desenfreada e a reabilitação foi abandonada. Actualmente muitos dos núcleos históricos não conseguem oferecer condições mínimas de conforto e estão desactualizados dos padrões de qualidade que se têm afirmado na sociedade. Por isso se vê a perda de população desses núcleos onde a renovação etária também não se faz. Os problemas sociais são em alguns casos muito graves. (Guia 2007) A modificação desta situação será lenta mas deverá ser persistente de modo a poder ser um acontecimento bem sucedido.

A RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS

A reabilitação dos sítios históricos faz parte de uma política de racionalidade na utilização dos recursos pois porá em funcionamento efectivo estruturas urbanas e edificadas existentes.

As obras que se têm promovido nas frentes ribeirinhas, muitas das vezes junto a núcleos históricos deviam estar integradas em efectivos programas de reabilitação e não serem acções desligadas da realidade física e social do núcleo histórico. Só um país muito rico ou mal gerido pode ter tantos edifícios desocupados e em mau estado e continuar a construir mais e a expandir mais as suas cidades.

USO DO SOLO E SUSTENTABILIDADE

A seu modo, a reabilitação dos núcleos históricos participa positivamente numa política de sustentabilidade do uso dos solos ao não necessitar de ocupar mais solo, sendo um bom exemplo a este nível.

Parte significativa dos solos dos núcleos históricos está fortemente impermeabilizada e assim deve-se manter, sendo de evitar transformações descaracterizadoras para obter mais solo permeável pois destrói-se as características urbanas que se querem preservar. Pela dimensão dos centros históricos não tem sentido a preocupação com as áreas permeáveis, isso deve ser bem resolvido nos novos tecidos urbanos.

OS ESPAÇOS PÚBLICOS / PRIVADOS - OS EDIFÍCIOS

A cidade antiga tinha uma grande clareza de espaços: público e privado. Ambos têm importância para a qualificação dos sítios. Enquanto o espaço público é de responsabilidade municipal e de todos os cidadãos o espaço privado é da responsabilidade dos seus proprietários mas que por uma razão de equidade devem cuidar bem das suas propriedades pelo que também deve ser considerado como um interesse público e dos cidadãos. (Guia 2007) A perturbação que a ausência de uma lei séria de arrendamento lançou na readaptação contínua dos actuais núcleos históricos implica, na actualidade, responsabilidades acrescidas por parte dos municípios em melhorar e qualificar o espaço público que através de soluções simples de bom desenho, de bons remates e sem luxos mas que ajudem a boas e confortáveis acessibilidades. Parte das regras urbanísticas actuais não se aplicam bem à grande maioria destes edifícios, pelo que deveriam ser suspensas nos núcleos históricos deixando a lógica de forçar soluções que o edifício não consegue suportar. Os projectos de reabilitação deviam ser entregues ao critério de arquitectos com experiência comprovada com o mínimo de 5 anos devido ao grau de dificuldade e complexidade que estes têm, e de acordo com as indicações recebidas nos municípios e na protecção civil, que é nestes núcleos uma identidade que deve acompanhar o processo pelo perigo de incêndio que estes espaços urbanos e edifícios comportam.

NÚCLEOS HISTÓRICOS / CENTRO HISTÓRICO

Parte dos núcleos históricos são hoje periféricos relativamente à cidade moderna que os lateralizou. Reposicionar os núcleos históricos é fundamental a uma correcta política de reordenamento e permitirá reforçar a ideia de cidade no seu todo em que convivem diversas centralidades, sendo uma delas o Centro Histórico com os usos mais adaptados ao seu espaço, edifícios e vivências. Este aspecto será também relevante na competitividade entre povoações na própria região por melhor qualidade de vida.

A SUSTENTABILIDADE LOCAL E REGIONAL

A concorrência, por um lado, e a complementaridade por outro, entre núcleos históricos poderão ser factores que contribuam à coesão territorial da AML. A diversidade dos núcleos históricos fruto da diversidade dos sítios deve ser ampliada porque deve reabilitar-se o carácter dos sítios para que sejam individualidades fortes, efectivos registos e símbolos. Não deve haver preocupação na imitação, no fazer igual a outro que esteja a correr bem. Deve-se procurar perceber o carácter e nesse sentido pode ser fundamental perceber quais os elementos da génese que deixaram de fazer sentido e que outros elementos ou factores podem ser a base de uma nova génese, de um renascimento. A problemas idênticos não tem de se dar soluções idênticas porque as características locais são todas diferentes, porque não há núcleos históricos iguais. Claro que os núcleos históricos se complementam, mas essa complementaridade tem a ver com a própria condição e não deve ser resultado de imposições. A concorrência é muito mais salutar e valorizará muito mais a região que a complementaridade se esta for pensada superiormente.

A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Não se decreta a consciencialização sobre os sítios. O gosto pela terra onde se vive. Não chegam umas palavras sobre isso. Nós só participamos naquilo que efectivamente sentimos como importante, como nosso. A participação em actividades sociais e em actividades de vizinhança não é fácil

de acontecer enquanto os poderes públicos não forem capazes de abandonar o seu poder autocrático centralizado que só aparentemente serve às populações. O tempo político está em acelerada transformação. Aquilo que parecia impossível à 20 anos ser caminho, como os cidadãos tomarem nas suas mãos os seus sítios pode, ainda que lentamente, ser hoje uma importante saída, (Agenda 21 1992) que muitos poderão aceitar pela própria situação económica, mas que tem sobretudo valor pela questão vivencial e de reconstrução do homem do sítio.

(*) Arquitecto: Universidade Lusíada, Lisboa. Doutor: Curso de Reabilitação Arquitectónica e Urbana; Especialidade: Análise Urbana, Universidad de Sevilla. Membro dos centros de investigação: DINÂMIA-CET e CIAAM do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 (1992) Programa 21; Sección III: Fortalecimiento del papel de los grupos principales, Capítulo 28: Iniciativas de las autoridades locales en apoyo del programa 21. Adoptado na Conferência da Terra, ONU.

ASCHER, François (2008) Le Nouveaux Principes de l' Urbanisme. La fin des villes n'est pás a l'ordre du jour, Éditions de l'Aube, 2008. Trad. Port.: Novos princípios do urbanismo, Livros Horizonte, Lisboa. ISBN: 978-972-24-1670-2

DURÃO, Vitor C. M. (2011) Análisis Urbano del frente de Alfama, en Lisboa. Formación y transformación, Editorial Académica Española, España, Monografía. ISBN: 978-3-8443-3618-4

GUIA TÉCNICO DE REABILITAÇÃO HABITACIONAL (2006), Lisboa, coord.: José Vasconcelos Paiva, José Aguiar, Ana Pinho, Instituto Nacional de Habitação e Laboratório Nacional de Engenharia Civil. ISBN 978-972-49-208-8

SILVANO, Filomena (2003) Cartografar um passado para uma identidade metropolitana, in: Atlas da AML, nº 11, Lisboa, coor.: Professor José António Tenedório, Área Metropolitana de Lisboa. ISBN: 972-98655-7-4